



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado da Casa Civil e Desenvolvimento Econômico  
Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL	
Processo:	E-12/003/13/2017
Data:	04/01/2017 Ms. 92
Matrícula:	CEG-50201247

**Processo nº. :** E-12/003/13/2017  
**Data de autuação:** 04/01/2017.  
**Concessionárias:** CEG  
**Assunto:** EMISSÃO E ENCAMINHAMENTO AO CONSUMIDOR DA  
DECLARAÇÃO DE QUITAÇÃO ANUAL DE DÉBITOS - LEI  
FEDERAL Nº.12.007/2009  
**Sessão Regulatória:** 30/07/2018.

## RELATÓRIO

Trata-se de Recurso interposto contra a Deliberação nº. 3.384/2018<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> DELIBERAÇÃO AGENERSA Nº. 3.384 DE 27 DE ABRIL DE 2018

CONCESSIONÁRIA CEG - EMISSÃO E ENCAMINHAMENTO AO CONSUMIDOR DA  
DECLARAÇÃO DE QUITAÇÃO ANUAL DE DÉBITOS - LEI FEDERAL Nº 12.007/2009.

O CONSELHO-DIRETOR DA AGÊNCIA REGULADORA DE ENERGIA E SANEAMENTO BÁSICO  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - AGENERSA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em  
vista o que consta no Processo Regulatório nº E-12/003/13/2017, por unanimidade,

### DELIBERA:

**Art. 1º** - Considerar, pelo que consta dos autos, que a Concessionária CEG não cumpriu o disposto na Lei Federal nº 12.007/2009 e o art. 2º da Deliberação AGENERSA nº 1425 de 19/12/2012 em relação ao ano de 2016.

**Art. 2º** - Aplicar à Concessionária CEG a penalidade de multa no montante de 0,00005% (cinco centésimos de milésimo por cento) do seu faturamento nos últimos 12 meses anteriores à prática da infração, aqui considerado o mês de junho/2017, com base no art. 16 da Instrução Normativa 001/2007, pelo descumprimento da Cláusula Quarta, parágrafo 1º, item 11 do Contrato de Concessão.

**Art. 3º** - Determinar à SECEX, juntamente com a CAENE e a CAPET, a lavratura do correspondente Auto de Infração.

**Art. 4º** - Determinar à Concessionária CEG que, no prazo de 15 dias a contar da publicação desta Deliberação, apresente amostragem, nos moldes da ABNT NBR 5426, que comprove o cumprimento da 2ª parte do art. 3º da Lei Federal nº 12.007/2009, qual seja, "Art. 3º. A declaração de quitação anual deverá ser encaminhada (...) no mês subsequente à completa quitação dos débitos do ano anterior ou dos anos anteriores, podendo ser emitida em espaço da própria fatura".

**Art. 5º** - Esta Deliberação entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 27 de abril de 2018

JOSÉ BISMARCK VIANNA DE SOUZA - Conselheiro-Presidente; LUIGI EDUARDO TROISI - Conselheiro-Relator; SILVIO CARLOS SANTOS FERREIRA - Conselheiro; TIAGO MOHAMED MONTEIRO - Conselheiro; JOSÉ CARLOS DOS SANTOS ARAÚJO - Conselheiro.



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado da Casa Civil e Desenvolvimento Econômico  
Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
Processo: E-12/003/13/2017
Data: 04/01/2017 Pfs. 93
Elaboração: G. SOUZA

Na peça processual a Recorrente defendeu, preliminarmente, a tempestividade do Recurso. Considerando que a Deliberação foi publicada em 09/05/2018 e que o prazo findaria em 19/05/2018 (Sábado), a Concessionária sustentou a temporaneidade da peça recursal porque interposta em 21/05/2015, primeiro dia útil subsequente ao prazo fatal.

Em sequência, a Recorrente alegou, em suas razões, vício de motivação na decisão recorrida. Discorreu, nesse sentido, que de acordo com a Deliberação AGENERSA nº. 1425/2012, a CEG deveria ter enviado à AGENERSA uma amostragem de faturas, conforme ABNT NBR 5426; afirmou que *"(...) apresentou nos autos a referida amostragem, porém, de acordo com o voto, 'somente após ser instada pela AGENERSA, a Concessionária CEG apresentou o número correto da amostra'; registrou seu entendimento no sentido de que o art. 2º da Deliberação 1425/2012 "(...) não dispõe acerca do prazo em que deveria a CEG ter enviado tal amostragem de modo que o inconformismo do Conselho Diretor não tem respaldo legal para exigência"; prosseguiu afirmando que "(...) apresentou a amostragem, assim que foi instada, o que poderia ter feito a qualquer tempo, porque inexistente dispositivo legal que determine quando a Concessionária deve apresentar os referidos documentos"; afirmou que, para fundamentar a penalidade aplicada, o voto apontou que 'não há justificativa para que a Concessionária, de pronto, não apresente uma amostragem adequada' não deixando claro, assim, "(...) se a penalidade aplicada o foi pela não apresentação de amostragem 'de pronto' ou se pelo entendimento do Conselho de que a CEG não cumpriu a lei em sua integralidade"; ressaltou que a Lei é de 2009 e, até então, "(...) tal entendimento nunca havia sido manifestado pela AGENERSA, ao contrário, os comandos deliberativos vinham sendo no sentido de que a CEG vinha cumprindo a Deliberação"; considerou que não se coaduna com o princípio da razoabilidade que se aplique, de pronto, penalidade à Delegatária "(...) sem lhe dar um prazo para que possa se ajustar e apresentar a devida comprovação a AGENERSA"; registrou, assim, que "tal confusão de motivação e vício demonstram a nulidade da penalidade aplicada"; citou parte das doutrinas de José dos Santos Carvalho Filho e Hely Lopes Meirelles sobre o princípio da motivação dos atos administrativos e teoria dos motivos determinantes que, em síntese, determinam que deve haver correspondência entre o motivo do ato e a realidade, ou seja, a situação de fato que gerou a manifestação da vontade; e entendeu pela anulação da Deliberação requerendo o conhecimento do Recurso e, no*





Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado da Casa Civil e Desenvolvimento Econômico  
Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
Processo: E-12/003/13/2017
Data 04/01/2017 Fls. 94
Rubrica Cel. Souza

mérito, provimento da peça recursal para decretar "(...) a nulidade da Deliberação AGENERSA n.º 3384/2018 (...)".

Sorteado o Recurso para a minha relatoria por meio da Resolução AGENERSA/CODIR N.º. 635, de 11 de junho de 2018, os autos foram remetidos à Procuradoria para parecer.

Às fls. 81/85 o jurídico da AGENERSA fez breve resumo do feito; registrou a tempestividade da peça recursal; ressaltou, no mérito, o que se entendia por motivação e sua importância; entendeu restar claro, não obstante a sustentação da recorrente, que o voto "(...) apresenta ampla fundamentação às suas razões, sendo certo que, ao sugerir ao Conselho Diretor pelo não cumprimento por parte da Concessionária do disposto na Lei 12.007/2009 e na Deliberação AGENERSA n.º 1.425/2012, com a consequente aplicação da penalidade de multa, a relatoria agrega transparência ao voto, com a indicação dos seus fatos e fundamentos (...)"; destacou trecho do voto combatido no sentido do cumprimento intempestivo da determinação contida no art. 2º da Deliberação 1425/2012, bem assim do não atendimento integral à Lei 12.007/2009, porquanto a Concessionária não teria apresentado amostragem de faturas que comprovassem o cumprimento da parte final do art. 3º; considerou claro "(...) que a não apresentação pela CEG das faturas que comprovassem a quitação efetiva com a amostragem necessária - como determina a parte final do Art. 3º da Lei 12.007/2009 - resultou em descumprimento da mesma", "sendo certo que para o integral cumprimento do disposto na Lei supracitada, deveria ter sido apresentada, também, amostragem de faturas dos demais meses, que atendam corretamente à parte final do dispositivo em tela"; entendeu nítida a inexistência de vício de motivação na Deliberação "(...) uma vez que tanto a determinação para que a CEG apresente nova amostragem, diante do não cumprimento da Lei e do comando deliberativo, quanto a imposição da penalidade de multa, encontram-se fundamentados na Lei 12.007/2009, na Deliberação AGENERSA n.º 1.425/2012 e no Contrato de Concessão, em sua Cláusula Quarta, parágrafo 1º, item 11, que combinados são a fonte jurídica da questão"; registrou, por amor ao debate, que o Recurso não detinha efeito suspensivo e "(...) em que pese o presente processo estar em fase recursal, deve-se atentar para o descumprimento do comando deliberativo que determinou a apresentação da amostragem, nos moldes da ABNT - no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação da Deliberação supracitada - que comprovem o correto cumprimento da segunda



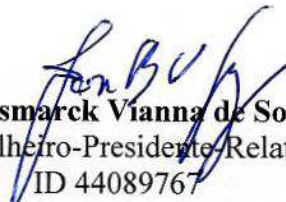
Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado da Casa Civil e Desenvolvimento Econômico  
Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL	
Processo:	E-12/003/13 / 217
Data:	04/01/2017 Fis. 93
Subrte:	CEM. 50201247

parte do Art. 3º da Lei 12.007/2009", "comando este não cumprido na oportunidade do recurso pela CEG"; e, porque não deveriam prosperar as argumentações da recorrente, opinou pelo conhecimento do recurso e negativa de provimento, "(...) uma vez que esta Autarquia usou de motivação idônea, critérios/parâmetros justos, fundamentação exaustiva e atendimento completo à finalidade do bem público em seu voto."

Em sua manifestação final a Recorrente reiterou os termos do Recurso interposto; ressaltou que o art. 2º da Deliberação 1425/2012 quando determinou a apresentação de amostra de faturas emitidas para os próximos anos com base na ABNT NBR 5426 não impôs prazo para o cumprimento dessa obrigação; registrou, assim, que inexistindo prazo legal poderia ter apresentado a amostragem a qualquer tempo e, o fazendo quando instada pela AGENERSA, não caracteriza descumprimento contratual, não cabendo aplicação de penalidade; e solicitou, por fim, o provimento do Recurso com a anulação da pena impingida porque cumpriu com a Deliberação 1425/2012.

*É o relatório.*

  
**José Bismarck Vianna de Souza**  
Conselheiro-Presidente-Relator  
ID 44089767





Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado da Casa Civil e Desenvolvimento Econômico  
Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL	
Processo:	E-12/003/13 2017
Data:	04/01/2017 Fls. 96
rubrica	04 - 502010 43

**Processo nº. :** E-12/003/13/2017

**Data de autuação:** 04/01/2017.

**Concessionárias:** CEG

**Assunto:** EMISSÃO E ENCAMINHAMENTO AO CONSUMIDOR DA  
DECLARAÇÃO DE QUITAÇÃO ANUAL DE DÉBITOS - LEI  
FEDERAL Nº.12.007/2009

**Sessão Regulatória:** 30/07/2018.

## VOTO

Trata-se de analisar o Recurso interposto contra a Deliberação nº. 3.384/2018<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> DELIBERAÇÃO AGENERSA Nº. 3.384 DE 27 DE ABRIL DE 2018

**CONCESSIONÁRIA CEG - EMISSÃO E ENCAMINHAMENTO AO CONSUMIDOR DA  
DECLARAÇÃO DE QUITAÇÃO ANUAL DE DÉBITOS - LEI FEDERAL Nº 12.007/2009.**

**O CONSELHO-DIRETOR DA AGÊNCIA REGULADORA DE ENERGIA E SANEAMENTO BÁSICO  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - AGENERSA**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em  
vista o que consta no Processo Regulatório nº E-12/003/13/2017, por unanimidade,

### DELIBERA:

**Art. 1º** - Considerar, pelo que consta dos autos, que a Concessionária CEG não cumpriu o disposto na Lei Federal nº 12.007/2009 e o art. 2º da Deliberação AGENERSA nº 1425 de 19/12/2012 em relação ao ano de 2016.

**Art. 2º** - Aplicar à Concessionária CEG a penalidade de multa no montante de 0,00005% (cinco centésimos de milésimo por cento) do seu faturamento nos últimos 12 meses anteriores à prática da infração, aqui considerado o mês de junho/2017, com base no art. 16 da Instrução Normativa 001/2007, pelo descumprimento da Cláusula Quarta, parágrafo 1º, item 11 do Contrato de Concessão.

**Art. 3º** - Determinar à SECEX, juntamente com a CAENE e a CAPET, a lavratura do correspondente Auto de Infração.

**Art. 4º** - Determinar à Concessionária CEG que, no prazo de 15 dias a contar da publicação desta Deliberação, apresente amostragem, nos moldes da ABNT NBR 5426, que comprove o cumprimento da 2ª parte do art. 3º da Lei Federal nº 12.007/2009, qual seja, "Art. 3º. A declaração de quitação anual deverá ser encaminhada (...) no mês subsequente à completa quitação dos débitos do ano anterior ou dos anos anteriores, podendo ser emitida em espaço da própria fatura".

**Art. 5º** - Esta Deliberação entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

**Rio de Janeiro, 27 de abril de 2018**

**JOSÉ BISMARCK VIANNA DE SOUZA** - Conselheiro-Presidente; **LUIGI EDUARDO TROISI** - Conselheiro-Relator; **SILVIO CARLOS SANTOS FERREIRA** - Conselheiro; **TIAGO MOHAMED MONTEIRO** - Conselheiro; **JOSÉ CARLOS DOS SANTOS ARAÚJO** - Conselheiro.



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado da Casa Civil e Desenvolvimento Econômico  
Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL	
Processo:	E-12/003/13/2017
Data:	04/01/2017 PIs. 97
rubrica	4.50201247

Preliminarmente, registro a tempestividade da peça recursal, porquanto protocolada dentro do prazo de 10 (dez) dias previsto no Regimento Interno da AGENERSA. Da mesma forma, registre-se, entendeu a Procuradoria quando registrou a interposição da peça de forma tempestiva.

No mérito, a recorrente requereu a nulidade da Deliberação 3.384/2018 por não concordar com a pena de multa aplicada através do art. 2º dessa decisão. Sustentou, para tanto, a falta de motivação na Deliberação recorrida porque, em suma, a decisão combatida gerava confusão de motivação já que não teria restado motivado "(...) se a penalidade aplicada o foi pela não apresentação de amostragem 'de pronto' ou se pelo entendimento do Conselho de que a CEG não cumpriu a lei em sua integralidade". Ainda segundo a Recorrente, o art. 2º da Deliberação 1425/2012, quando determinou a apresentação de amostra de faturas emitidas para os próximos anos com base na ABNT NBR 5426, não impôs prazo para o cumprimento dessa obrigação, razão pela qual não poderia a Recorrente ser apenada por tal fato.

Nada obstante o alegado, é preciso registrar que o voto condutor da Deliberação recorrida considerou, para a aplicação da pena, conduta que não se espera da Recorrente para a aferição do objeto deste processo. Quando mencionou a apresentação da amostragem de forma intempestiva, o r. voto quis, em verdade, registrar que a Delegatária já deveria, de pronto, atender o disposto no art. 2º da Deliberação 1425/2012. Vale dizer, nesse passo, que a fundamentação consignou que, quando da apresentação da amostragem de faturas para a análise do cumprimento da lei nº. 12.007/2009, esta já deveria ter observado os termos do art. 2º da Deliberação 1425/2012 e apresentado, sem sequer ser provocada por esta Autarquia, o número de amostragem condizente com a ABNT NBR 5426/1985. Por só o fazer corretamente quando instada pela AGENERSA a Delegatária incidiu, a bem dizer, em conduta desidiosa, o que parece ter sido considerado para a proporcionalidade da pena aplicada.

Ademais, verifica-se, nos autos, devida motivação no voto que ensejou a decisão recorrida, porquanto apresentados de forma esboçada os fundamentos que levaram à aplicação da penalidade. Vejam parte do voto, o qual, inclusive, foi destacado pela Procuradoria da AGENERSA, tendo esta opinado pelo não provimento do Recurso interposto:





Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado da Casa Civil e Desenvolvimento Econômico  
Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
Processo: E-12/003/13/2017
Data: 04/01/2017 Pts. 98
Assinatura: [assinatura]

*"(...) Inobstante a Concessionária ter apresentado a documentação comprobatória da emissão de declaração de quitação anual de débitos nas faturas de maio de 2017, observo que, num primeiro momento, não encaminhou o número condizente com a Norma ABNT NBR 5426/1985, conforme determinado pelo Art. 2º da Deliberação AGENERSA nº 1.425/2012. Somente após ser instada por esta AGENERSA, a Concessionária CEG apresentou o número correto da amostra. Dessa forma, conforme apontado pelo órgão técnico da AGENERSA, o cumprimento da obrigação objeto do presente deu-se de forma intempestiva.*

*Por outro lado, ousou discordar do entendimento da CAENE e da CAPET que atestam o total cumprimento da Lei Federal 12.007/2009. Isso porque a Concessionária não apresentou amostragem de faturas que comprovem o cumprimento da parte final do art. 3º (...). Portanto, entendo necessário que a Concessionária CEG apresente amostragem que comprove o cumprimento desta parte do dispositivo legal em exame, também nos moldes da ABNT NBR 5426, para o que terá o prazo de 15 dias.*

*Uma vez que a obrigação de observar a norma da ABNT foi instituída em 2012, não já justificativa para que a Concessionária, de pronto, não apresente uma amostragem adequada. Outrossim, também faz-se necessário que as faturas apresentadas se coadunem com toda a extensão do dispositivo legal em espeque. Por essa razão, entendo pelo descumprimento da Cláusula Quarta, parágrafo 1º, item 11 do Contrato de Concessão, fazendo jus à penalidade prevista no instrumento contratual e na IN nº 001/2007."*

Não há que se falar, pois, em nulidade da decisão colegiada, devendo ser mantida a multa aplicada, razão pela qual sugiro ao Conselho-Diretor:

g

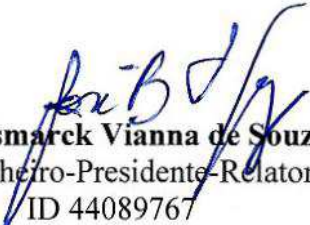


Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado da Casa Civil e Desenvolvimento Econômico  
Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL	
Processo:	E-12/003/13/2017
Data:	04/01/2017 às 09h
Múbrica:	04-5001247

Art. 1º - Conhecer o Recurso interposto contra a Deliberação AGENERSA nº. 3.384/2018, porque tempestivo, para, no mérito, negar-lhe provimento.

*É como voto.*

  
**José Bismarck Vianna de Souza**  
Conselheiro-Presidente-Relator  
ID 44089767





Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado da Casa Civil e Desenvolvimento Econômico  
Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
Processo: E-12/003/13/2017
Data: 04/01/2017 Ms. 100
rubrica: Cey. 50201247

**DELIBERAÇÃO AGENERSA N.º 3506,**

**DE 30 DE JULHO DE 2018.**

**CONCESSIONÁRIA CEG - EMISSÃO E  
ENCAMINHAMENTO AO CONSUMIDOR DA  
DECLARAÇÃO DE QUITAÇÃO ANUAL DE  
DÉBITOS - LEI FEDERAL Nº 12.007/2009**


O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA REGULADORA DE ENERGIA E SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – AGENERSA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e tendo em vista o que consta no Processo Regulatório nº E-12/003.13/2017, por unanimidade,


**DELIBERA:**

**Art. 1º** - Conhecer o Recurso interposto contra a Deliberação AGENERSA nº. 3.384/2018, porque tempestivo, para, no mérito, negar-lhe provimento.


**Art. 2º** - A presente deliberação entrará em vigor na data da sua publicação.


**Rio de Janeiro, 30 de julho de 2018.**

  
**José Bismarck Vianna de Souza**  
Conselheiro-Presidente-Relator  
ID 4408976

  
**Luigi Eduardo Troisi**  
Conselheiro  
ID 44299605

  
**Sílvio Carlos Santos Ferreira**  
Conselheiro  
ID 39234738

  
**Tiago Mohamed**  
Conselheiro  
ID 50899617

  
**José Carlos dos Santos Araújo**  
Conselheiro  
ID 05546885